

**Número 169 – 28 de Outubro de 2023**

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.  
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

**O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte**

Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>  
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

**Ver <https://bit.ly/Moz-El-Aut-CNE> para os resultados completos da CNE dos 65 municípios**

## **Ordem dos Advogados diz que CNE/STAE “passam a mensagem de que o crime compensa”**

“O descrédito (dos órgãos eleitores) é sustentado pelo número, por demais elevado, de irregularidades apontadas ao processo eleitoral pelos Tribunais Distritais, que passam uma mensagem de que o crime e a manipulação compensam em Moçambique”, afirma a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), em comunicado publicado esta sexta-feira.

De acordo com a Ordem dos Advogados, o processo eleitoral em curso está “inquinado de vícios graves que levantam dúvidas sérias e fundadas sobre a liberdade e justiça do mesmo processo e resultados anunciados”.

Como consequência, acrescenta, nota-se um descrédito total dos moçambicanos relativamente aos órgãos de administração eleitoral, com destaque para a CNE e o STAE, sucedendo-se o mesmo para com os tribunais judiciais distritais, enquanto tribunais eleitorais de primeira instância no decurso dos processos eleitorais, ao Conselho Constitucional e, por arrastamento, aos poderes executivo e legislativo e aos partidos políticos “por falta de confiança sobre a sua idoneidade e legitimidade, equilíbrio e independência na missão para a qual foram instituídas.”

No referido comunicado, bastante contundente, a OAM diz que as irregularidades ocorridas nestas eleições foram confessadas, no dia 26 de Outubro, por dom Carlos Matsinhe, quando, na mesma altura que procedia ao anúncio dos resultados eleitorais de 11 de Outubro, em curso, referiu que “seriam objecto de investigação”.

“Muita irresponsabilidade, para não dizer mais, uma instituição quase-jurisdicional, como o é a CNE, remeter-se, eternamente, ao silêncio durante várias e longas noites, para, já talvez com pouco efeito útil, anunciar investigações à partida extemporâneas”, escreve a OAM, acrescentando que “se há momento em que as instituições são desacreditadas, é mesmo em processos eleitorais, pois a impunidade tende a instalar-se perante os olhares das instituições relevantes, como é o caso do

Ministério Público, qual titular da acção penal e garante da legalidade, que até possui poderes para agir oficiosamente quando esteja em causa o interesse público”.

A Ordem dos Advogados ainda mantém uma réstia de esperança que o Conselho Constitucional possa salvar a justiça e o Estado de Direito. “Esperamos que o Conselho Constitucional defenda o Estado de Direito Democrático e não abra uma frente de ataque ao nosso jovem constitucionalismo”.

Para aquela organização, é a justiça que não pode “sucumbir face a formalismos estranhos à própria Lei Eleitoral, em particular, e processual, em geral”.

## **Reino Unido afirma ser preocupante “confirmar todos os resultados” com evidências de irregularidades**

Em comunicado publicado esta sexta-feira, o Reino Unido, um dos principais parceiros de Moçambique, mostra-se preocupado com o facto de, “apesar de existirem evidências que conduziram a processos judiciais em curso, os resultados finais terem sido confirmados na sua totalidade pelas autoridades eleitorais.”

O Reino Unido diz ter nota das alegações de que o processo eleitoral foi caracterizado por graves irregularidades.

## **HRW denuncia uso de balas reais e afirma que “forças de segurança estão preparadas para silenciar as vozes da oposição”**

A Human Rights Watch, uma organização internacional que defende direitos humanos, disse, em comunicado publicado, esta sexta-feira, que "As forças de segurança moçambicanas usaram força excessiva, incluindo munições reais, balas de borracha e gás lacrimogéneo, contra manifestantes maioritariamente pacíficos na sequência das eleições locais", o que resultou em morte “de um menino de 10 anos e de outras pessoas”.



De acordo com a Human Rights Watch, "A violência pós-eleitoral em Moçambique mostra que as forças de segurança estão preparadas para silenciar as vozes da oposição em vez de exercerem contenção", disse Budoo-Scholtz ([ver vídeo](#)).

A HRW pede às autoridades para investigarem "prontamente por que é que as forças de segurança abriram fogo" e "processar os responsáveis por irregularidades e tomar medidas para evitar mais derramamento de sangue, incluindo a formação da polícia na gestão de protestos."

## Sábado tranquilo depois de sexta-feira negra

As cidades de Nacala, Nampula e Maputo acordaram com um sábado tranquilo depois de um dia de muita violência, onde foram reportados seis mortos e dezenas de feridos nas manifestações de contestação aos resultados eleitorais pela Renamo, nas três cidades.

Dos seis mortos, quatro foram na cidade de Nampula e outros dois em Nacala, um dos quais é uma criança. Entre as duas cidades, em Nacala é onde houve registo de mais feridos por baleamento, 14 no total contra nove de Nampula. Entre os feridos há graves está um menor de 12 anos atingido por quatro balas e em estado grave. Uma das balas atravessou a cavidade abdominal. Alguns dos feridos serão amputados membros superiores.

Na Cidade de Maputo não existem dados, mas há feridos registados.

O dia foi de muita violência. Também foram registados focos de manifestações em Quelimane, Guruè e Alto Molócuè, na província da Zambézia; Ilha de Moçambique e Angoche, em Nampula.

## Comboio bloqueado

Na cidade de Nampula, foi bloqueada a linha férrea e paralisado o comboio. A ideia dos manifestantes era bloquearem todas as entradas para a cidade de Nampula. Na Estrada Nacional Número 1, foram colocadas barricadas e queimados pneus para impedir a entrada dos carros que saem dos distritos de Erati, Nacala, Meconta, Mossuril, etc., e dos que vêm de Cabo Delgado. Também foi bloqueada a rotunda do aeroporto para impedir a entrada de viajantes que vêm de outras províncias ([ver vídeo](#)).

## Barracas em chamas em Namicopo


No populoso bairro de Namicopo, a polícia disparou gás lacrimogéneo que acabou incendiando barracas e um poste de energia da Electricidade de Moçambique. Os moradores acabaram, depois de muito trabalho, apagando o fogo que ameaçava consumir algumas residências vizinhas ([ver vídeo](#)).

## Manifestantes bloqueiam principais vias e destroem posto de energia em Vilankulo

No Município de Vilankulo, um grupo de supostos manifestantes queimou pneus e bloqueou as principais vias de acesso, sobretudo à Estrada Nacional 240, que dá acesso à cidade. A Renamo distancia-se da manifestação.

Os supostos manifestantes destruíram um poste de alta tensão, o que afectou 200 famílias e causou prejuízo de 600 mil meticais à empresa Electricidade de Moçambique .

A manifestação começou por volta das zero horas desta sexta-feira, justamente a mesma hora que a Renamo tinha planificado uma marcha, mas que viria a ser desmarcada pelo seu cabeça de lista e por outros membros do partido.

	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	<p><b>Director:</b> Edson Cortez</p> <p><b>Autor:</b> Lázaro Mabunda</p> <p><b>Assessor:</b> Joseph Hanlon</p> <p><b>Revisão Linguística:</b> Samuel Monjane</p> <p><b>Layout:</b> Alberto Manguuele</p>	<p>Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschild, Rua Fernão Melo e Castro nr. ° 124, Maputo</p> <p><b>Web:</b> <a href="https://www.cipeleicoes.org/">https://www.cipeleicoes.org/</a></p> <p><b>Facebook:</b> <a href="#">@cipeleicoes</a></p> <p><b>Instagram:</b> <a href="#">@cipeleicoes</a></p> <p><b>Tiktok:</b> <a href="#">@cipmoz</a></p> <p><b>Telegram:</b> <a href="#">+258 843890584</a></p>

Financiado por:



Parceiros do CIP:

